

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2014**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

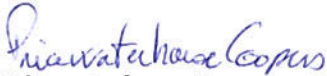


Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Recife, 6 de fevereiro de 2015


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE


Gustavo dos Santos Amud
Contador CRC 1RJ085031/O-0 "S" PE

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2014	2013	Passivo e patrimônio líquido	2014	2013
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2.612	1.508	Fornecedores	1.021	908
Contas a receber (Nota 8)	2.300	3.250	Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	3.995	3.874
Tributos a recuperar	117	53	Obrigações tributárias	233	490
Despesas antecipadas	58	60	Obrigações sociais e trabalhistas	409	402
Outros ativos	169	195	Contribuição ao fundo sócio ambiental (Nota 12)	574	821
	<u>5.256</u>	<u>5.066</u>		<u>6.232</u>	<u>6.495</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Exigível a longo prazo		
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	7.728	7.599	Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	51.443	55.383
Contas a receber (Nota 8)	1.564	2.942	Partes relacionadas (Nota 10)	3.173	4.191
Tributos diferidos (Nota 19)	3.616	4.641			
Outros ativos	3	3			
	<u>12.911</u>	<u>15.185</u>		<u>54.616</u>	<u>59.574</u>
Imobilizado	240	257	Patrimônio líquido (Nota 14)		
Intangível (Nota 9)	75.806	77.033	Capital social	26.150	26.150
	<u>88.957</u>	<u>92.475</u>	Reserva de capital (Nota 1 (b))	2.618	2.618
			Reserva de lucros (Nota 14)	4.597	2.704
				<u>33.365</u>	<u>31.472</u>
Total do ativo	<u>94.213</u>	<u>97.541</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>94.213</u>	<u>97.541</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Operações continuadas		
Receitas (Nota 15)	21.187	23.909
Custos (Nota 16)	<u>(7.854)</u>	<u>(7.149)</u>
Lucro bruto	13.333	16.760
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(5.808)	(4.776)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(3)</u>	<u>224</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	7.522	12.208
Resultado financeiro, líquido (Nota 18)	<u>(3.831)</u>	<u>(4.853)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.691	7.355
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (Nota 19 (a) e (b))	<u>(1.241)</u>	<u>(2.299)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>2.450</u>	<u>5.056</u>
Lucro por lote de mil ações do capital social	<u>0,09</u>	<u>0,19</u>

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do lucro líquido dos exercícios apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de investimento	Reserva de incentivo fiscal		
Em 1º de janeiro de 2013	26.150	2.618				(1.632)	27.136
Lucro líquido do exercício						5.056	5.056
Destinação do lucro (Nota 14)			151	2.159	394	(2.704)	
Dividendos propostos (Nota 14 (c))						(720)	(720)
Em 31 de dezembro de 2013	26.150	2.618	151	2.159	394		31.472
Lucro líquido do exercício						2.450	2.450
Reserva de lucro					15		15
Destinação do lucro (Nota 14)			121	1.719	38	(1.878)	
Dividendos propostos (Nota 14 (iv))						(572)	(572)
Em 31 de dezembro de 2014	26.150	2.618	272	3.878	447		33.365

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	3.691	7.355
Ajustes		
Margem de construção	6	(3)
Atualização do ativo financeiro	(252)	(355)
Juros e variações monetárias	4.504	5.456
Depreciação e Amortização	1.906	1.644
Perda/Ganho na venda de ativo permanente	18	177
	<u>9.873</u>	<u>14.274</u>
Variação dos ativos e passivos		
Contas a receber	2.580	2.896
Despesas antecipadas	2	6
Impostos a recuperar	(64)	40
Outros ativos	26	(5)
Contribuição ao fundo sócio ambiental	(247)	(621)
Fornecedores	113	12
Obrigações tributária, sociais e trabalhistas	(298)	(770)
Outras contas a pagar		(22)
	<u>11.985</u>	<u>15.810</u>
Caixa líquido proveniente nas operações		
Juros pagos	(6.056)	(5.826)
Imposto pago	(195)	(846)
	<u>5.734</u>	<u>9.138</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(129)	(105)
Adições ao imobilizado	(82)	(79)
Adições ao intangível	(603)	(306)
	<u>(814)</u>	<u>(490)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos (amortização de principal)	(3.815)	(3.806)
Partes relacionadas	(1)	(5.139)
	<u>(3.816)</u>	<u>(8.945)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		
Redução de caixa e equivalentes de caixa	1.104	(297)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>1.508</u>	<u>1.805</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.612</u>	<u>1.508</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("Rota dos Coqueiros" ou "Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), constituída em 15 de dezembro de 2006, que tem como objeto social, explorar, mediante concessão patrocinada, precedida de obras, o sistema viário composto pela praça de pedágio localizada no Município de Jaboatão dos Guararapes (Praça de Pedágio Barra de Jangada), pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, que interligará os Municípios de Jaboatão dos Guararapes e do Cabo de Santo Agostinho, pela via principal do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva ("Via Parque"), que se inicia na referida ponte de acesso e segue até conectar-se com a via municipal Rua Dezesete, do Cabo de Santo Agostinho, na Praia de Itapuama; e pela praça de pedágio localizada no Município de Cabo de Santo Agostinho (Praça de Pedágio Itapuama). A Companhia tem por objeto ainda a prestação do serviço público de operação e atividades de apoio necessárias ao funcionamento da referida ponte e sistema viário.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

As atividades são realizadas com base em contratos de serviços de longo prazo assim classificados:

(a) Concessões públicas

<u>Objeto do contrato</u>	<u>Prazo</u>	<u>Poder Concedente</u>
Exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, pela via principal da Reserva do Paiva e pela praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho.	33 anos	Estado de Pernambuco

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht ("Organização") é controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. ("ODB Rodovias"), que por sua vez é controlada pela Odebrecht S.A. ("ODB").

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela diretoria em 06 de fevereiro de 2015.

(b) Reestruturação societária

Em 30 de dezembro de 2014, a Odebrecht TransPort S.A. ("OTP") transferiu as ações, que corresponde a 74%, mediante integralização de capital social na ODB Rodovias, a partir desta data a ODB Rodovias passou a deter 74% de participação na Companhia.

(c) Equalização do capital circulante

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 976. Para equalizar os efeitos do capital circulante líquido negativo, a Companhia utilizará os rendimentos dos títulos e valores mobiliários (Nota 7) relacionados com o empréstimo junto ao banco do Nordeste, bem como, do fluxo de caixa das operações. No decorrer de 2015 esses recursos serão suficientes para equalizar o capital circulante líquido.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme, considerando o custo histórico com base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como circulante.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4 Impairment de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os ativos não financeiros que estão sujeitos à amortização, é feita uma revisão periódica pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 não foram registradas perdas de *impairment*, tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

2.4 Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de difícil realização.

2.5 Demais ativos circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Imobilizado

Compreende máquinas e equipamentos de informática e móveis e utensílios, não reversíveis ao poder público.

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.7 Ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão são registrados em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 01) e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05).

O ativo intangível é determinado pela receita estimada de formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita é estimada considerando os investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

2.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Em 22 de junho de 2012, conforme Ato Declaratório nº 113, a Companhia foi habilitada a operar de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No dia 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, com vigência a partir de 2015, ou com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014, desde que seja feita uma opção pelo contribuinte. A sua adoção antecipada para 2014 elimina os efeitos do RTT, trazendo novas regras de apuração de tributos.

A Companhia não optou antecipadamente pela adoção do RTT de acordo com a Lei 12.973, não tendo impacto neste exercício sobre a apuração.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.11 Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.12 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço.

(a) Receita de serviços

A Companhia tem sua receita baseada na exploração de praças de pedágios, oriundas da concessão firmada em Parceria Público-Privada (PPP) com o Governo de Pernambuco.

A receita de serviços compreende o valor presente pela prestação dos serviços e é reconhecida a medida que o serviço é prestado (Nota 15 (ii)), ou seja, quando do pagamento feito para ter acesso a rota operada pela Companhia.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receita de contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de custo acrescido de margem.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem de 1,00% sobre os custos incorridos no período, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

	31 de dezembro							
	Receita de construção		Custo de construção		Margem de construção		Receita do ativo financeiro	
Direito da Concessionária	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Ativo Intangível	597	304	(591)	(301)	6	3		
Ativo financeiro (*)							252	355
	<u>597</u>	<u>304</u>	<u>(591)</u>	<u>(301)</u>	<u>6</u>	<u>3</u>	<u>252</u>	<u>355</u>

(*) Refere-se à atualização do contas a receber com o governo do estado de Pernambuco calculado com base no IPCA, conforme previsto no contrato de concessão para a receita da Contraprestação Adicional à Tarifa (CAT) recebida mensalmente do Comitê do Programa Estadual de Parceria Público Privada (CGPE).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, apropriação de receita de serviços prestados, provisões necessárias para passivos contingentes, determinação da provisão para imposto de renda e outros similares que, não obstante, refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

(a) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração reconhece que essa estimativa é a que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

(b) Margem de construção

Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro estimada pela administração.

A margem de construção foi definida considerando a divisão entre os custos de monitoramento e gestão despendidos pela companhia e o total de investimentos previstos, conforme fundamentado por avaliação da área de engenharia da Concessionária.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Os principais instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são as aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, financiamentos e saldos com acionistas.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em contas a receber.

(i) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

(ii) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

4.1 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 11)	55.438	59.257
Menos - Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<u>(2.612)</u>	<u>(1.508)</u>
Dívida líquida	<u>52.826</u>	<u>57.749</u>
Total do patrimônio líquido	<u>33.365</u>	<u>31.472</u>
Total do capital	<u>86.191</u>	<u>89.221</u>
Índice de alavancagem financeira	61%	65%

5 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Ativos ao valor justo por meio do resultado</u>	<u>Total</u>
31 de dezembro de 2014			
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2.612		2.612
Contas a receber e demais contas receber	4.036		4.036
Titulos e valores mobiliários (Nota 7)		<u>7.728</u>	<u>7.728</u>
	<u>6.648</u>	<u>7.728</u>	<u>14.376</u>
		<u>Outros passivos financeiros</u>	<u>Total</u>
31 de dezembro de 2014			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)		55.438	55.438
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		<u>2.004</u>	<u>2.004</u>
		<u>57.442</u>	<u>57.442</u>
	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Ativos ao valor justo por meio do resultado</u>	<u>Total</u>
31 de dezembro de 2013			
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.508		1.508
Contas a receber e demais contas receber	6.390		6.390
Titulos e valores mobiliários (Nota 7)		<u>7.599</u>	<u>7.599</u>
	<u>7.898</u>	<u>7.599</u>	<u>15.497</u>

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2013		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	59.257	59.257
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	2.131	2.131
	<u>61.388</u>	<u>61.388</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Fundo fixo	5	7
Fundo de troca	39	36
Bancos conta movimento	59	28
Aplicações financeiras (a)	2.433	1.266
Numerário em trânsito (b)	76	171
	<u>2.612</u>	<u>1.508</u>

- (a) As aplicações financeiras são investimentos de curto prazo (inferior a 90 dias), com risco insignificante de mudança de valor, a preços e taxas de mercado e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data do balanço.
- (b) Saldo referente ao numerário de pedágio mantido no caixa da Companhia para depósito em conta corrente no mês subsequente.

7 Títulos e valores mobiliários

A Companhia mantém junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) um “fundo de liquidez” representado por uma aplicação financeira, no montante de R\$ 7.728 (2013 - R\$ 7.599), que corresponde a seis prestações de amortização do financiamento junto ao BNB, com base na maior prestação pós-carência, do financiamento descrito na Nota 11.

Essa aplicação foi efetuada como parte da garantia de cumprimento integral de todas as obrigações do referido financiamento. Ao final do contrato de financiamento este valor atualizado será restituído para a Companhia.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas a receber

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Circulante		
Contraprestação adicional a tarifa ("CAT") - parcela construção	2.006	2.901
Outras contas a receber	<u>294</u>	<u>349</u>
	<u>2.300</u>	<u>3.250</u>
Não circulante		
CAT - parcela construção	<u>1.564</u>	<u>2.942</u>
	<u>1.564</u>	<u>2.942</u>
	<u>3.864</u>	<u>6.192</u>

A Companhia possui o direito de receber mensalmente do Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – CGPE a Contraprestação Adicional à Tarifa (“CAT”), que foi contratualmente concebida para garantir à concessionária caixa suficiente para fazer face aos:

- custos de amortização e juros de financiamentos, relativos às obras de construção da Rodovia;
- tributos devidos pela Concessionária;
- atendimento das condições operacionais mínimas da Rodovia, das atividades de operação, manutenção e conservação.

O saldo total em aberto em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 3.864 (2013 - R\$ 6.192), registrado em contas a receber no ativo circulante e não circulante, representa a parcela da CAT atribuída à cobertura dos gastos relacionados aos serviços de construção da rodovia. Os valores registrados nessa rubrica atendem à definição de recebíveis no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. O recebível foi medido inicialmente por seu valor justo e subsequentemente são reconhecidos os juros cumulativos sobre esse valor calculado utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Intangível

(i) Composição

	31 de dezembro				Taxas anuais médias (%)
	Custo	Amortização acumulada	2014	2013	
Desapropriações	2.035	(136)	1.899	1.567	3
Equipamentos de informática	467	(441)	26	114	20
Ferramentas e aparelhos acessórios	154	(82)	72	53	20
Máquinas e equipamentos	594	(531)	63	113	20
Móveis e utensílios	143	(74)	69	82	10
Ponte	29.516	(2.318)	27.198	27.768	
Praça de pedágio	10.461	(800)	9.661	9.786	
Rodovias	39.958	(3.157)	36.801	37.550	
Edificações e instalações	17	0	17		
	<u>83.345</u>	<u>(7.539)</u>	<u>75.806</u>	<u>77.033</u>	

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção de tráfego (Nota 3 (a)) com base em variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão, considerando o potencial aumento e/ou volume de trânsito nas praças de pedágio, as quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado.

(ii) Movimentação do intangível

	2014	2013
Saldo no início do exercício	77.033	78.331
(+) Adição	598	309
(-) Amortização (*)	(1.825)	(1.531)
(-) Baixas e outros		(76)
Saldo no final do exercício	<u>75.806</u>	<u>77.033</u>

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego (Nota 3 (a)).

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Partes relacionadas

	<u>Passivo</u>	<u>Transações</u>
	<u>Não circulante</u>	<u>Despesas financeiras</u>
Terrenos e Construções S.A.	498	
Odebrecht Transport S.A.	3.505	577
Vento Sul Participações S.A. ("Vento Sul")	181	67
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO")	7	
Em 31 de dezembro de 2013	<u>4.191</u>	<u>644</u>
Terrenos e Construções S.A.	498	
Odebrecht Transport S.A. (i)	1.916	280
Odebrecht Rodovias S.A. (ii)	423	
Vento Sul Participações S.A. (ii)	323	
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (ii)	13	
Em 31 de dezembro de 2014	<u>3.173</u>	<u>280</u>

- (i) A Companhia possui contrato de mútuo com a OTP, o qual está sendo atualizado pela variação de 125% do CDI. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da dívida é de R\$ 1.383 (2013 - R\$ 2.972).

O montante de R\$ 533 refere-se aos dividendos reconhecidos no exercício de 2013 a serem pagos a OTP.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia propôs dividendos calculados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e Estatuto Social da Companhia, sendo R\$ 423 para ODB Rodovias, R\$ 143 para Vento Sul e R\$ 6 para CNO.

11 Empréstimos e financiamentos

	<u>Moeda</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Banco do Nordeste	R\$	Juros de 9,5% a.a	55.438	59.257
			55.438	59.257
Passivo circulante (-)			<u>(3.995)</u>	<u>(3.874)</u>
Passivo não circulante			<u>51.443</u>	<u>55.383</u>

Em 27 de dezembro de 2007, a Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), no montante de R\$ 52.900, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no âmbito do programa FNE-PROINFRA, destinado ao financiamento de recursos para a realização de investimentos na implantação do Projeto Praia do Paiva, concessão estadual na forma de Parceria Público-Privada na modalidade patrocinada, que trata da construção e operacionalização do trecho rodoviário que interliga os Municípios de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes.

O prazo de pagamento do empréstimo contratado é de vinte anos, havendo bônus de adimplência de 15%. Desde 27 de janeiro de 2012 a Companhia vem amortizando mensalmente o empréstimo, principal e juros.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Prazo de vencimento

Os montantes com vencimento em longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
2015		3.940
2016	3.651	3.651
2017	3.650	3.650
2018	3.844	3.844
2019	3.622	3.622
2020	3.639	3.639
2021	4.962	4.962
2022	4.995	4.995
2023	5.143	5.143
2024	5.053	5.053
2025 em diante	<u>12.884</u>	<u>12.884</u>
	<u>51.443</u>	<u>55.383</u>

12 Contribuição ao fundo sócio ambiental

Fundo criado pela Companhia, conforme disposição contratual, lastreado com recursos decorrentes da receita de pedágio superior ao previsto no edital de concorrência obedecendo faixas de compartilhamento, cuja a utilização é exclusiva para os projetos de gestão social e ambiental.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante destinado a contribuição ao fundo sócio ambiental é de R\$ 574 (2013 - R\$ 821).

13 Contingência

A Companhia tem ações de natureza tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 469 (2013 - R\$ 1.312).

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 26.150, representado por 26.150.154 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas.

(b) Apropriação do lucro

Consoante legislação brasileira, as importâncias apropriadas à reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir:

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Reserva de Incentivo Fiscal (art. 195-A da Lei nº 6.404/76)

Consoante Ato Declaratório Executivo nº 113, de 22 de junho de 2012, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021, na forma do artigo 1º da MP nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 0026/2012, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, constante do processo administrativo fiscal nº 10480.724052/2012-15.

Referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão Patrocinada com o Governo do Estado de Pernambuco (Contrato CGPE-001/2006), do setor de infraestrutura - transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.213/2002, com início do prazo de vigência em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021.

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 38 (2013 - R\$ 408) referente à subvenção em conta de resultado e o destinou à Reserva de Incentivos Fiscais.

(ii) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital

(iii) Reserva de investimento

A reserva de investimento refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao plano de investimento da Companhia.

(iv) Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações, como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Prejuízo acumulado exercício		(1.632)
Lucro do exercício	2.450	5.056
Incentivo fiscal	(38)	(394)
Base reserva legal	2.412	3.030
Constituição reserva legal (5%)	(121)	(152)
Base calculo dos dividendos	2.291	2.879
Dividendos propostos a pagar	<u>573</u>	<u>720</u>

Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia, de 25% do lucro líquido ajustado. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Receitas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita de Construção (i)	597	304
Receita de serviço (ii)	14.952	15.499
Contraprestação adicional à tarifa - CAT (iii)	8.720	11.605
Atualização do ativo financeiro - ICPCo1	252	355
Impostos, contribuições e descontos sobre serviço	<u>(3.334)</u>	<u>(3.854)</u>
	<u>21.187</u>	<u>23.909</u>

- (i) A Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 597 (2013 - R\$ 304) como receita de construção com base nas orientações da Instrução Técnica ICPC 01 – Contrato de Concessão.
- (ii) Arrecadações de pedágio e receitas acessórias.
- (iii) Conforme cláusulas contratuais, a Companhia, após o término das Obras de implantação da rodovia, passou a ter direito de receber mensalmente do Comitê do Programa Estadual de Parceria Pública Privada (CGPE), contraprestação adicional à tarifa - CAT.

16 Custos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custo de operação	(7.263)	(6.848)
Custo de construção (i)	<u>(591)</u>	<u>(301)</u>
	<u>(7.854)</u>	<u>(7.149)</u>

- (i) Os custos de construção referem-se aos custos apurados e registrados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

17 Despesa gerais e administrativas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas com pessoal	(3.138)	(2.464)
Prestadores de serviços	(1.573)	(1.256)
Gastos gerais administrativos	(617)	(638)
Outras despesas	<u>(480)</u>	<u>(418)</u>
	<u>(5.808)</u>	<u>(4.776)</u>

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Resultado financeiro, líquido

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(4.507)	(4.812)
Juros sobre mútuos	(280)	(644)
IOF sobre operações financeiras	(8)	(119)
Comissões bancárias	(8)	(9)
Outras despesas financeiras	(17)	(7)
	<u>(4.820)</u>	<u>(5.591)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	977	727
Outras receitas financeiras	7	5
Descontos obtidos	5	6
	<u>(3.831)</u>	<u>(4.853)</u>

19 Tributos diferidos e correntes

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Sobre ativo diferido	1.310	1.989
Sobre ajustes ICPC 01	465	705
Benefício fiscal (ágio) (i)	<u>2.087</u>	<u>2.349</u>
	3.862	5.043
Passivo - ISS, PIS/Pasep e Cofins diferidos		
Sobre ajustes de ICPC 01	<u>(246)</u>	<u>(402)</u>
	(246)	(402)
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	3.862	5.043
Tributos diferidos passivos	<u>(246)</u>	<u>(402)</u>
	3.616	4.641

- (i) De acordo com as práticas contábeis já previstas na Instrução CVM nº319/99, com a redação dada pela Instrução CVM nº 349/01, a Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu crédito tributário sobre o valor do ágio a ser amortizado para fins tributários, em função da incorporação de parte do acervo líquido de sua até então Controladora "OTPP", nos termos do que prevê a legislação tributária aplicável. O saldo em 31 de dezembro de 2014 está demonstrado da seguinte forma:

Ágio por expectativa de rentabilidade futura	6.139
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	<u>(4.052)</u>
Total do benefício fiscal	<u><u>2.087</u></u>

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia optou por adotar os preceitos das Instruções CVM nº 319 e nº 349, apresentando o valor do ágio deduzido de “Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido”. A Companhia constituiu essa provisão no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização para fins tributários. Essa provisão é revertida na proporção que o ágio vai sendo amortizado, sendo que a reversão é lançada na mesma conta em que o ágio é amortizado, representando a amortização do respectivo ativo fiscal também em linha com as práticas contábeis atuais.

A expectativa da administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais acima referido está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Compensação
2015	262
2016	262
2017	262
2018	262
2019 em diante	1.039
Total	<u>2.087</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(a) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social no resultado do exercício

	2014	2013
Ajustes ICPC	704	206
Ajustes de ativo diferido	1.997	1.997
Benefício fiscal ágio	<u>770</u>	<u>770</u>
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	<u>3.471</u>	<u>2.973</u>
Contribuição social (9%)	312	268
Imposto de renda (25%)	<u>868</u>	<u>743</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	<u>1.180</u>	<u>1.011</u>

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Imposto de renda e contribuição social corrente

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social corrente	3.654	6.700
Adições	72	36
Exclusões	(3.471)	(2.711)
Compensação do prejuízo / base negativa CSLL		(110)
Compensação do prejuízo / base negativa IRPJ		(92)
	<u>254</u>	<u>3.915</u>
Base de cálculo contribuição social	254	3.915
Base de cálculo do imposto de renda	<u>254</u>	<u>3.933</u>
Contribuição social (9 %)	23	352
Imposto de renda (15 %)	38	590
Adicional IRPJ - 10 %	2	369
Incentivo fiscal PAT	(2)	(23)
	<u>61</u>	<u>1.288</u>
Total do imposto de renda e contribuição social corrente (*)	61	1.288
Total do imposto de renda e contribuição social correntes contabilizados	<u>61</u>	<u>1.288</u>
Total do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos contabilizados	<u>1.241</u>	<u>2.299</u>

(*) Conforme Ato Declaratório Executivo nº 113, de 22 de junho de 2021, a Companhia passou a operar de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro 2013 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. O incentivo calculado, e classificado como outras receitas - receita de subvenção representou uma redução de R\$ 38 (2013 - R\$ 408) sobre o débito apurado de IRPJ.

20 Contratos

(a) Contrato de concessão

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privada (CGPE) e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor estimado é de R\$ 143.203 (não auditado).

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

21 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro abaixo:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Garantia Concessões Públicas	21/05/2015	832
Seguro de Risco Operacional	01/06/2015	70.031
Responsabilidade Civil	01/06/2015	10.000
Responsabilidade Civil Administradores	01/07/2015	13.000

* * *